

JESUS, NÃO REVOGOU, MAS CONFIRMOU A LEI

Pr. Albino Marks

A eternidade da lei. O salmista que escreveu o maravilhoso Salmo 119, faz as seguintes declarações em relação à lei: *“A Tua justiça é eterna, e a Tua lei é a própria verdade. [...] Eterna é a justiça dos Teus testemunhos”* (Sl 119:142, 144 ARA).

É importante observar que para lei o salmista usa a palavra “torah”, envolvendo toda a Escritura Sagrada, o que significa que todos os conceitos da “torah”, lei, são eternos, incluindo a lei moral, os Dez Mandamentos.

A essência dos conceitos morais é a mesma para todo o Universo de Deus, ainda que a sua enunciação possa ter alternativas.

Precisamos entender que os conceitos morais para uma comunidade *“onde habita a justiça”* (2Pe 3:13, NVI), têm a mesma essência de uma comunidade contaminada pelo pecado, mas o seu enunciado corresponde à comunidade que regem.

Alguém, pergunta irônico: qual o dia sagrado para os anjos no Céu? A Escritura Sagrada nada diz sobre essa questão. No entanto, se Deus definiu para os anjos, um período de tempo como especificamente separado para adoração e comunhão, com toda a certeza é respeitado.

O salmista, rei Davi, declarou que os anjos executam as ordens de Deus e obedecem à Sua palavra. *“Bendizei ao Senhor todos os seus anjos, valorosos em poder, que executais as Suas ordens, e Lhe obedeceis a palavra”* (Sl 103:20, ARA).

Quando Lúcifer, na eternidade, se rebelou contra Deus e seu governo, ele deu origem aos atos que passaram a ser qualificados de pecado. Declarou a respeito, o profeta Ezequiel: *“Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado, até que se achou iniquidade em ti. [...] Se encheu o teu interior de violência, e pecaste”* (Ez. 28:15, 16, ARA).

O pecado de Lúcifer foi um ato de rebelião contra Deus e o rompimento do relacionamento de amor e confiança. Mas o que foi que acusou e evidenciou o pecado de Lúcifer?

Lúcifer deixou de *“executar as ordens de Deus, e Lhe obedecer a palavra”*. Para a comunidade dos anjos no Céu, as *“ordens e a palavra de Deus”*, são a lei.

Com um pouco de criatividade podemos dizer que com o ato de rebeldia, Lúcifer quebrou todos os conceitos morais dos Dez Mandamentos, ainda que sua enunciação não fosse a que conhecemos. Quebrou o primeiro mandamento, apresentando-se como outro Deus; o segundo, idolatrando-se; o terceiro, profanando o nome de Deus; o quarto, desafiando o poder e a autoridade divina; o quinto, desonrando o Pai; o sexto, lançando a morte sobre a terça parte dos anjos; o sétimo, adulterando o amor, a justiça e a santidade de Deus; o oitavo, furtando a glória exclusiva de Deus; o nono, mentindo contra Deus para os anjos e o décimo, cobiçando a propriedade e o domínio que unicamente pertencem a Deus.

Adão e Eva cometeram o pecado de maneira idêntica ao de Lúcifer, com uma diferença fundamental: Lúcifer permitiu que a rebelião nascesse em seu coração; Adão e Eva foram tentados e induzidos por Satanás para desobedecer às *“ordens e a palavra de*

Deus: “e o Senhor Deus ordenou ao homem: de toda a árvore do jardim você pode comer livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal você não deve comer, no dia em que dela comer, você certamente morrerá” (Gn 2:16, 17, NAA). A obediência ou a desobediência a esta ordem, a esta lei, determinava a vida ou a morte.

Em relação ao conhecimento e a compreensão dos conceitos morais, no jardim do Éden, Ellen G. White, escreveu: *“Adão e Eva, ao serem criados, tinham conhecimento da lei de Deus; estavam familiarizados com os reclusos da mesma relativamente a si; seus preceitos estavam escritos em seu coração”* (PP, p. 363).

Adão e Eva receberam os conceitos morais dos Dez Mandamentos em todo o seu real significado, ainda que transmitida em forma escrita apenas no Sinai.

A desobediência à ordem da palavra de Deus, a lei moral, condenou o ser humano à morte. *“Portanto, assim como por um só ser humano entrou o pecado no mundo, e pelo pecado veio a morte, assim também a morte passou a toda a humanidade, porque todos pecaram”* (Rm 5:12, NAA).

Deus confrontou a eternidade e imutabilidade da Sua lei, que é a transcrição, o retrato fiel e perfeito do Seu caráter, com o problema do pecado, que é a rebelião contra o Seu caráter.

Se em algum momento Deus decidisse revogar a lei ou parte dela, declararia absolvido a Lúcifer de sua rebelião e de seu pecado, negaria a Sua onipotência, onisciência, onipresença, presciência e todos os atributos de Seu caráter que O identificam e qualificam como o Deus eterno, e aceitaria a perpetuação do pecado.

Esta era a aspiração e o propósito de Satanás: *“subirei mais alto que as mais altas nuvens; serei como o Altíssimo”* (Is 14:14, NVI).

Quando a comunidade humana foi envolvida pelo problema do pecado, durante dois mil e quinhentos anos os conceitos morais e os conceitos do plano da salvação foram transmitidos oralmente de geração em geração. Como o modelo que serviu para gerar as cópias, estava gravado no coração de Adão e Eva, as cópias seguem a sucessão ininterrupta das gerações. Com o povo de Israel, acampado junto ao monte Sinai, Deus instruiu Moisés para escrever os conceitos do plano da salvação e os conceitos morais em forma de livro, que se tornou o fundamento da “torah”, o livro da lei. Este fundamento, receberia ao longo de séculos os escritos dos profetas e dos Salmos, tornando-se o cânon sagrado do Velho Testamento.

Também no Sinai, Deus codificou e redigiu os conceitos morais em Dez Mandamentos, que formam a lei moral, por Ele mesmo escritos em duas tabuas de pedra.

Deus engrandeceu a lei por meio de Jesus. Na mente do profeta Isaías, o Senhor colocou essas palavras a respeito da Sua lei, “torah”, e elas aplicam-se à maneira de Jesus apresentá-la para os seus ouvintes, vivê-la em Seu relacionamento para com o Pai e com a família humana, e cumpri-la em Sua missão como o Redentor: *“Foi do agrado do Senhor, por amor da Sua própria justiça, engrandecer a lei (torah) e torná-la gloriosa”* (Is 42:21, NAA). A Tradução Ecumênica da Bíblia verte o texto: *“O Senhor se comprouve, por causa da sua justiça, em tornar a Lei (torah) grande e magnífica”*.

A palavra hebraica traduzida por lei, é “torah”, que os escritores do Novo Testamento traduziram para “nómos”, no grego, e ela designa toda a Escritura do Velho Testamento, mas com maior frequência, o Pentateuco. Para designar os mandamentos da lei moral, o hebraico usa a palavra “mitzvot”, e o grego: ‘entolé”. No texto em análise é usada a palavra “torah”. Este detalhe é importante para a compreensão de sua aplicação à missão de Jesus na realização do plano da salvação.

Deus é justiça. É justiça absoluta, inquestionável. Por causa da Sua justiça Deus não pode revogar as revelações, ensinamentos e instruções que transmitiu para os Seus servos, os profetas, determinando como Ele executaria o plano da salvação.

Não pode revogar nada do que estabeleceu como o roteiro do Seu programa para libertar o homem do poder da escravidão de Satanás, e restaurar o mundo ao Seu domínio, destruindo Satanás e seus demônios sem agredir a perfeição holística do Seu caráter. Jesus *declarou*: “*Não vim para revogar; mas para cumprir*” Mt 5:17, NAA). É o único caminho da missão, o caminho da justiça.

Jesus Engrandeceu a lei “torah”. Se Jesus revogasse a lei, a “torah”, ou os profetas, significaria revogar o Pentateuco; revogar o sacrifício do cordeiro substituto da era patriarcal; revogar todo o ritual do santuário com os seus serviços e sacrifícios típicos do plano da salvação; revogar tudo o que os profetas revelaram sobre o plano da salvação; revogar a Sua missão como o Salvador; enfim, revogar tudo o que foi escrito para o nosso ensino para fortalecer a nossa esperança. Seria, abolir o plano da salvação.

Entretanto, Jesus fez a decisiva declaração: *“Digo-lhes a verdade: enquanto existirem céus e terra, de forma alguma, desaparecerá da Lei (nómon) a menor letra, ou o menor traço, até que tudo se cumpra”* (Mt 5:18, NVI).

Como Jesus engrandeceu, magnificou e glorificou a lei, “torah”, “nómos” que significa toda a legislação da teocracia israelita e do plano da salvação? Ele a engrandeceu, magnificou, executando, cumprindo cada detalhe por ela revelado como integrante do plano da salvação, para transformá-lo na mais gloriosa realidade.

Veio para cumprir toda a lei e os profetas. Tudo o que a respeito dEle estava escrito e predito em relação à Sua missão como Salvador. Se Jesus não cumprisse todos os detalhes da lei “nómos”, o Pentateuco, os Salmos e os Profetas, não poderia ser o Salvador.

Por mais paradoxal que possa parecer, é na execução da Sua justiça que Deus revela a grandeza da Sua perfeição, a magnificência do Seu amor, a superabundância da Sua graça e o engrandecimento e glorificação da Sua lei, que no sentido amplo significa *“toda palavra que procede da boca de Deus”* (Mt 4:4, Dt 8:3).

Jesus engrandecendo a lei moral. Dentro da lei “torah”, encontram-se a lei moral dos Dez Mandamentos e todas as outras leis.

Jesus veio ao mundo para engrandecer a lei moral. O salmista declarou: *“A retidão e a justiça são os alicerces do teu trono; o amor e a fidelidade vão à tua frente”* (Sl 89:14, NVI).

A justiça está fundada na equidade do caráter de Deus que encontra sua expressão nos conceitos da Sua lei moral. A iniquidade

é a desarmonia com o caráter Deus, resultado da rebeldia e prática de atos ofensivos ao caráter de Deus, qualificados como pecado.

A justiça da lei moral condena o ato do pecado e exige a execução da sentença. *“Porque o salário do pecado é a morte”* Rm 6:23, NAA).

Deus executou a sentença da justiça em Si mesmo, na pessoa de Cristo e assim Jesus engrandeceu a eternidade e imutabilidade da lei moral e oferece graça por amor. Ele assim pode atuar porque Ele é o grande e eterno *“Eu Sou”* (Êx 3:14). Ele é justiça, Ele é amor. Ele é graça. *“Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 2013, p. 249).

O profeta declara: *“Por amor da Sua própria justiça, engrandecer a lei e fazê-la gloriosa”*. Deus, na vida e morte de Jesus, engrandeceu a lei moral e a tornou gloriosa. *“Desde o princípio a grande controvérsia fora a respeito da lei de Deus. Satanás procurara provar que Deus era injusto, que Sua lei era defeituosa, e que o bem do Universo exigia que ela fosse mudada”* (PP, p. 65).

Paulo declara: *“Deus o fez: por causa do pecado, enviando Seu próprio Filho na condição da nossa carne de pecado, ele condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça exigida pela lei seja realizada em nós”* (Rm 8:3 e 4, TEB).

Na vida e morte de Jesus, Deus respondeu à acusação de Satanás, engrandecendo e magnificando a lei moral, executando em Jesus a justiça da sentença de morte da lei, e declarando a sua eternidade e imutabilidade. A glória da lei moral foi engrandecida na morte Substituta de Jesus. A lei exigia a morte do transgressor culpado. Esta sentença não podia ser revogada; teria de ser

cumprida. Jesus, com a Sua morte Substituta a cumpriu, glorificando e engrandecendo a lei moral.

A justiça exigida pela lei moral foi realizada em nós na pessoa de Cristo, porque Ele se fez como um de nós, tornando-se o nosso Substituto, porque nós somos o culpado e condenado. Com esta solução o diabo não contava quando enganou Eva e fez Adão pecar.

“Ele foi tentado em todas cosas, à nossa semelhança, mas sem pecado. [...] Visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, também Jesus, participou dessas coisas, para que, por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo, e livrasse todos os que, pelo pavor da morte, estavam sujeitos à escravidão por toda a vida” (Hb 4:17 e 2:14, 15, NAA).

Jesus em Sua vida viveu em perfeita harmonia e obediência à lei moral, e morreu como determinava a lei. A transgressão da ordem moral de Deus: *“não coma o fruto desta árvore”*, caracterizou o ato de rebeldia contra Deus como pecado, e a ordem determina que o ato do pecado receba por justiça, como sentença de condenação, a morte.

“A posição de Cristo junto ao Pai é de igualdade. Isto O habilitou a tornar-Se uma oferta pelo pecado, em favor dos transgressores. Era Ele em absoluto suficiente para engrandecer a lei e torná-la gloriosa. [...] Separou Ele os preceitos de Jeová das máximas e tradições dos homens. Exaltou os dez Mandamentos como expressão da verdade em toda a sua pureza” (MM, 1965, p. 292).

Mas, *“Deus tornou pecado por nós aquele que não tinha pecado, para que nele nos tornássemos justiça de Deus”* (2Co 5:21, NVI).

Jesus, recebendo em Si a sentença de condenação à morte, magnificou a lei, porque a sentença de condenação foi executada, a eternidade e a imutabilidade da lei, foi confirmada e a superabundância da graça foi manifestada para todos os pecadores. Não desfrutava a bênção da graça, aquele que não a aceita.

Engrandeceu a lei cerimonial. Para as lideranças judaicas Jesus apareceu como um revolucionário que veio destruir todo o seu sistema espiritual de culto e adoração. Em Seus ensinamentos, apresentando-Se como a água da vida, a luz que ilumina os homens, o pão da vida, o Cordeiro do sacrifício, o Deus eterno junto com Deus o Pai, eram discursos inaceitáveis para aqueles que haviam perdido de vista a realidade da pia, do altar dos sacrifícios, do candelabro, da mesa dos pães da proposição, da arca do concerto e de todos os símbolos e cerimônias de seu depósito espiritual. Para estes Jesus fez a categórica declaração: *“não vim suprimir, mas cumprir”*.

Assim como Jesus viveu e apresentou o verdadeiro significado da justiça de Deus na lei moral, não na letra, mas no espírito, do mesmo modo, viveu e apresentou o verdadeiro significado da justiça de Deus tipificada na lei cerimonial.

Engrandeceu e magnificou a lei cerimonial, porque por Sua justiça, a graça e a redenção tipificadas, são por Cristo realizadas por nós e em nós, na morte do Cordeiro de Deus.

“Pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados. [...] Pelo cumprimento dessa vontade fomos santificados,

por meio do sacrifício do corpo de Jesus Cristo, oferecido uma vez por todas” (Hb 10:4, 10, NVI).

“Porquanto o que fora impossível à lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus, enviando o seu próprio Filho em semelhança da carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado” (Rm 8:3, ARA)

“Porque, aquilo que a Lei fora incapaz de fazer por estar enfraquecida pela carne, Deus o fez, enviando Seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador. E assim condenou o pecado na carne” (NVI).

“Quando, porém, Cristo veio como sumo sacerdote dos bens já realizados, mediante o maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos humanas, quer dizer, não desta criação, e não pelo sangue de bodes e de bezeros, mas pelo seu próprio sangue, ele entrou no Santuário, uma vez por todas, e obteve uma eterna redenção. [...] Porque é impossível que o sangue de touros e bodes remova pecados” (Hb 9:11, 12 e 10:4, NAA).

Por meio do Seu sacrifício, Jesus cumpriu e engrandeceu a lei cerimonial. Ele é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo (Jo 1:29). *“Ele foi transpassado por causa das nossas transgressões, foi esmagado por causa das nossas iniquidades; o castigo que nos trouxe paz estava sobre ele, e pelas suas feridas fomos curados” (Is 53:5, NVI).*

“A lei cerimonial foi dada por Cristo. Mesmo depois que ela não mais devia ser observada, Paulo apresentou-a aos judeus em sua verdadeira posição e valor, mostrando o seu lugar no plano da redenção e sua relação para com a obra de Cristo; e o grande

apóstolo declara gloriosa esta lei, digna de seu divino Originador. O serviço solene do santuário tipificava as grandiosas verdades que seriam reveladas durante gerações sucessivas. A nuvem de incenso que ascendia com as orações de Israel, representa a Sua justiça que unicamente pode tornar aceitável a Deus a oração do pecador; a vítima sangrenta sobre o altar do sacrifício, dava testemunho de um Redentor vindouro; assim, ao longo de séculos e séculos de trevas e apostasia, a fé se conservou viva no coração dos homens até chegar o tempo para o advento do Messias prometido” (PP. p. 381, 382).

Jesus glorificou a lei cerimonial porque em Seus ensinamentos, apresentou-Se como a água da vida, a realidade da pia para as purificações; a luz que ilumina os homens, a realidade do candelabro; o pão da vida, a realidade da mesa dos pães da proposição; o Cordeiro do sacrifício, a realidade do altar dos sacrifícios; o intercessor, a realidade do altar do incenso; o Deus eterno junto com Deus o Pai, a realidade da arca do concerto, e a realidade de todos os símbolos e cerimônias do ritual do santuário. *“Não vim suprimir, mas cumprir, magnificar”.*

Jesus, em Sua vida, engrandeceu a lei cerimonial participando de todas as festas com seus ritos e cerimônias; engrandeceu-a porque tudo o que era ensinado sobre o plano da salvação por meio dos serviços da cópia terrestre foi transferido para a realidade do verdadeiro Santuário, o celestial. O ensino por meio de tipos passou a centralizar-se na pessoa real de Cristo. Aquilo que era apenas sombras, deu lugar à Luz. O sacrifício repetitivo do cordeiro foi realizado por um único sacrifício do Cordeiro de Deus. O intercessor humano, representado no sacerdote e sumo sacerdote, deu lugar para o intercessor divino, Jesus. O que era realizado por meio de

símbolos transitórios, recebeu o poder do eterno. Jesus glorificou a lei das cerimônias porque ela anunciava a Sua vinda e Ele veio cumprir tudo o que nela estava envolvido a respeito dEle.

Jesus Engrandeceu a lei sacerdotal. Deus engrandeceu e magnificou a lei sacerdotal, elegendo Jesus para torná-Lo Sumo Sacerdote eterno segundo a ordem de Melquisedeque, no lugar de humanos pecadores transitórios e mortais.

“O que acabamos de dizer fica ainda mais claro quando aparece outro sacerdote semelhante a Melquisedeque, alguém que se tornou sacerdote, não por regras relativas à linhagem, mas segundo o poder de uma vida indestrutível. Porquanto sobre ele é afirmado: ‘Tu és sacerdote para sempre, segundo ordem de Melquisedeque’” (Hb 7:15-17, NVI).

“É de um sumo sacerdote como este que precisávamos: santo, inculpável, puro, separado dos pecadores, exaltado acima dos céus” (Hb 7:26, NVI).

Jesus não somente Se tornou sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque, mas também assumiu a posição de Rei: *“em primeiro lugar, seu nome significa ‘rei da justiça’, depois, ‘rei de Salém’ quer dizer: ‘rei da paz’”.* (Hb 7:2, NVI).

Jesus Engrandeceu a lei civil. O amor e a justiça de Deus, praticados por Seus filhos, sempre deviam contrastar com a ética e a justiça dos povos alienados de Deus: *“Pois, que grande nação tem um Deus tão próximo como o Senhor, o nosso Deus, sempre que o invocamos? Ou, que grande nação tem decretos e preceitos tão justos como esta lei que estou apresentando a vocês hoje?”* (Dt 4:7, 8, NVI).

Jesus em Sua vida cumpriu todas as Suas obrigações legais com as leis civis, pois foi Ele quem as ordenou para preservar a ordem temporal: *“pois não há autoridade que não venha de Deus; as autoridades que existem foram por ele estabelecidas”* (Rm 13:1, NVI). Foi um cidadão de quem Pilatos, representante de Roma, declarou: *“Não encontro motivo para acusar este homem”* (Lc 23:4, NVI).

Em Cristo, Deus magnificou a graça.

Para todas as criaturas celestiais, e Adão e Eva no jardim do Éden, o amor e a graça de Deus eram revelados pelos princípios de vida expressos na Sua lei, e reconhecida pela manifestação da obediência amorosa e espontânea a estes princípios. Com a queda de Adão e o consequente pecado, a graça foi revelada na *“forma”* até então desconhecida, no sangue inocente do animal substituto, recebendo em si a sentença de condenação do pecado do culpado transgressor, na morte sacrifício.

No santuário essa *“forma”* de graça recebeu ritos e cerimônias adicionais, mas todos dentro de suas limitações típicas: *“dia após dia, todo sacerdote apresenta-se e exerce os seus deveres religiosos; repetidamente oferece os mesmos sacrifícios, que nunca podem remover os pecados”* (Hb 10:11, NVI).

Jesus magnificou a limitada tipologia *“quando este sacerdote acabou de oferecer, para sempre, um único sacrifício pelos pecados, assentou-se à direita de Deus. [...] Porque, com um único sacrifício, ele aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados. [...] Onde esses pecados foram perdoados, não há mais necessidade de sacrifício por eles”* (Hb 10:12, 14, 18, NVI).

O apóstolo Paulo sintetiza a grandeza e magnitude desse ato de Jesus com essas palavras: *Mas onde aumentou o pecado, transbordou a graça*” (Rm 5:20, NVI).